

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT04.003

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO LÓCUS ESCOLAR BRASILEIRO E A FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICO- CRÍTICA DO COLETIVO DE AUTORES

Rogério Paes de Oliveira¹

RESUMO

Com o movimento renascentista respaldado pela ciência positivista, a Educação Física (EF) moderna surge ao mesmo tempo ao desenvolvimento dos estados nacionais na Europa, com o objetivo de criar um corpo saudável, pacífico e disciplinado para atender à nova ordem social emergente. Nesse contexto, a Educação Física está estreitamente vinculada aos interesses de reprodução do capital no qual suas diferentes faces foram modificadas, em última análise, pelos rearranjos e ajustes necessários para acumular capital e pela posição do Brasil como um país de capitalismo periférico. Outrora, era um componente disciplinar essencial para a formação moral, cívica e física da força de trabalho, o que justificava sua obrigatoriedade na. Atualmente, tornou-se uma disciplina tendencialmente com atividades recreativas e esportivas. Tendência que foi alvo de críticas no final da década de 80, e culminou com a publicação em 1992 da obra Metodologia do Ensino da Educação Física, Coletivo de Autores. Essa obra é considerada um marco histórico para a virada crítica da Educação Física no Brasil e, mesmo após 33 anos de sua primeira publicação, a Educação Física continua a enfrentar as restri-

1. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professor adjunto do Departamento de Educação Física da Universidade Regional do Cariri - URCA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Onto-Histórico em Educação Física e Esporte - GEPOHEFES/URCA/CNPQ, rogerio.paes@urca.br.

ções fundamentais anteriores, oriundas de um sistema de organização social sobre a égide do capital. Portanto, a espinha dorsal crítica contida no livro, apesar das limitações históricas, permanecem contemporâneas. O presente estudo tem como objetivo perscrutar a Educação Física no lócus escolar brasileiro como um produto histórico-concreto e a crítica do Coletivo de Autores nesse contexto. Este estudo possui um caráter teórico bibliográfico com uma análise qualitativa à luz do referencial teórico do Materialismo Histórico e de sua recuperação onto-histórica para uma análise racional do objeto. Por fim, entendemos que todo esse processo na Educação Física ocorre em um contexto onde o capitalismo passava por uma reestruturação nas relações de produção, com alterações em sua estrutura e dinâmica. Neste cenário, a proposta de uma Educação Física crítica-superadora, contida na obra citada, não apenas foi postergada, mas também sofreu retração devido aos constantes avanços de movimentos conservadores que ganharam força.

Palavras-chave: Educação Física; História; Materialismo Histórico; Coletivo de Autores.

INTRODUÇÃO

No plasma da sociedade capitalista, nos deparamos com uma imensa riqueza de produção humana no uso da tecnologia, alcançada pelo desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades e potencialidades humanas. Concomitantemente, observamos inúmeras famílias sem moradia, sem ter o que comer e beber, um alto índice de violência, principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos, ou seja, uma reprodução social de homens e mulheres cercada por um devastador processo de apodrecimento das relações humanas. É nesse contexto que observamos os problemas da Educação Física, com escolas precárias, professores mal remunerados, em que a prioridade de formação humana é trocada em função da prioridade de acumular riqueza e, portanto, valorizar incessantemente o valor.

A Educação Física, tal qual conhecemos, é fruto da própria sociabilidade capitalista. Possui sua gênese moderna nas teorias biológicas e positivistas do cuidado com o corpo. Esses discursos, em nada se relacionam a uma tentativa de melhoria nas condições péssimas em que se encontrava a classe trabalhadora. Destarte. Os maus hábitos, resultantes da própria lógica do capital, afetavam a burguesia, que enxergou nos exercícios físicos uma ferramenta para alterá-los, assim como responsabilizar o indivíduo pela sua condição social coletiva, na qual está inserido, sem controle. Portanto, é resultado dos nexos causais que são engendrados na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos advindos dos diferentes trabalhos e das diferentes forças de trabalho empregadas neles.

É mister compreender que, na forma social do capital, a Educação Física tem se moldado, em última instância, para atender à lógica de apropriação privada dos meios de produção e dos valores produzidos socialmente pelo conjunto do trabalho humano corporificado nas mercadorias. Nessa forma particular de organização social, a forma social do capital, muitas foram as faces da Educação Física que, em regra, vêm

cumprindo um papel no lócus escolar de “educar” o homem a partir do seu desenvolvimento físico. Em outras palavras, “formar o corpo” do trabalhador para as necessidades de acumulação capitalista.

De uma forma ou de outra, o corpo se apresenta no centro das análises, sendo um ponto de convergências das distintas concepções acerca da Educação Física e de sua função social, ou seja, o seu papel perante a vida saudável do indivíduo. Entretanto, trazer a afirmação de que o corpo é objeto da Educação Física traria para a área um objeto não exclusivo a ela e, portanto, não teria uma ligação de identidade. Assim, aparecem ao longo da história da Educação Física e da busca pela sua identidade diferentes formulações e abordagens que apresentam o seu entendimento a uma pergunta básica e, ao mesmo tempo, complexa, que seria: o que é Educação Física?

No Brasil, é somente na década de 1980 que se começa a questionar a compreensão de Educação Física reverberadas na aptidão física enquanto objeto da Educação Física, vinculados aos pressupostos biologicistas e positivistas (Oliveira, 2004, 2005). Nessa perspectiva, a concepção de corpo, o movimento humano, o exercício físico, a atividade física aparecem como o carro-chefe, em regra, das concepções e formulações da Educação Física. O movimento humano, explicado pela base epistemológica/gnosiológica da biologia, é uma reprodução somática de ações dos sistemas corporais interligados, podendo ser explicado independentemente do sujeito real e concreto que o executa.

As críticas iniciadas na década de 1980 reverberaram nas abordagens e concepções de Educação Física no Brasil. Nesse estudo, caracterizamos as abordagens à luz do que elas defendem como momento predominante, ou seja, como essas concepções defendem a função social da Educação Física e o papel do corpo nesse processo.

Inúmeras abordagens que, ao serem confrontados seus escritos com a compreensão de corpo, podemos definir, de um lado, as perspectivas de determinação biológica, desenvolvimentista e aptidão física; e do outro lado as perspectivas de determinação da consciência – entre elas até as

subjetivistas, pós-modernas – crítico-emancipatória, construtivista, sociológica, e finalmente, a concepção do Coletivo de Autores que busca, à luz da linguagem, uma concepção que vá além da dicotomia corpo e mente.

Os objetivos e as finalidades singulares da Educação Física, como todo processo real, não são imutáveis, são produtos históricos produzidos sobre circunstâncias sociais dadas. Assim, vão se modificando e, com eles, as formulações acerca da Educação Física. Na Educação Física, em particular, coexistem diferentes concepções que influenciam a prática sistematizada, seja ela na escola ou fora dela.

A escola, como ambiente de apropriação do conhecimento sistematizado, em certa medida reproduz as práticas do cotidiano. Neste interim, os conteúdos das diferentes práticas corporais são reproduzidos na escola, tal qual são desenvolvidos fora dela. Na atual forma de gerência do capital, na singularidade das práticas corporais, a apropriação dos exercícios físicos tem se dado, em regra, pelo discurso do combate ao sedentarismo e à obesidade. As práticas corporais são dispostas em prateleiras, como qualquer outra mercadoria a ser consumida pelo comprador e, assim, saciam as necessidades criadas pela própria relação concreta e objetiva da (re)produção do capital.

Não obstante, as escolas têm apresentado um cardápio, digo, um catálogo de unidades curriculares eletivas para que os alunos escolham quais atividades desejam estar inseridos durante o semestre. No que tange à Educação Física, as práticas corporais esportivas e os conhecimentos com bases biológicas (anatomia e fisiologia humana) ganham destaque em quantidade e reafirmam o pseudo-devir da Educação Física na escola. Em outras palavras, buscam legitimar a Educação Física na escola com justificativa do bem-estar, aquisição de qualidade de vida, para estudantes que, em regra, nas escolas públicas, vêm de comunidades em vulnerabilidade social, filhos de trabalhadores com baixos salários, sobretudo os oriundos do trabalho informal, ou seja, com uma baixa possibilidade de possuir os meios mínimos para sua subsistência dia após dia.

A Educação Física perde espaço na escola. De uma formação patriótica e necessária para acúmulo de capital e formação de um “novo” modelo de trabalhador a uma disciplina desnecessária para os desejos de reprodução imediata da sociedade do capitalismo. A Gerência dos desdobramentos do capital em crise, em outras palavras, as personas do capital, usam seus artifícios políticos e ideológicos para continuar a exploração do trabalho e voltar a aumentar a taxa de lucro. A Educação Física, não atendendo a essa necessidade imediata do capital, em retornar o processo de valorização do valor, é deixada no banco de suplência, esperando uma mexida aos 45 minutos do segundo tempo.

O objetivo geral deste trabalho foi: perscrutar a Educação Física no lócus escolar brasileiro como um produto histórico-concreto e a crítica do Coletivo de Autores nesse contexto, compreendendo os fundamentos e os interesses que balizaram a forma concreta da Educação Física como disciplina escolar durante o seu desenvolvimento, evidenciando a crítica do coletivo de autores na obra *Metodologia do Ensino de Educação Física*.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica ou pesquisa teórica, de modo que o objeto dos estudos são formulações de autores, com a pretensão de analisar os escritos sistematizados e formulações teóricas (SEVERINO, 2016). Os pressupostos teóricos-metodológicos da teoria social desenvolvida por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) serão referência matricial para elaboração desse trabalho. Como consequência dessa assimilação teórica, buscamos fazer uma análise racional do objeto de investigação a partir dos conhecimentos dos processos históricos reais, analisando seu movimento, sua estrutura e dinâmica.

Para melhor expormos nossa compreensão, dividimos esse ensaio em dois momentos. No primeiro, iremos caracterizar a Educação Física nos diferentes momentos da sociabilidade capitalista brasileira, evidenciando sua íntima relação com os interesses das elites nacionais. No segundo momento, iremos expor a crítica materialista da história na Educação Física presente na obra do Coletivo de Autores.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

Na cidade do Rio de Janeiro – sede da corte no Brasil – observa-se a prescrição de um colégio – Colégio Pedro II – destinado à elite, que oferecia a possibilidade de acesso ao ensino superior com aulas que tratavam dos movimentos humanos seguindo os padrões europeus (ARANTES, 2008), ou seja, os métodos ginásticos que serviam para treinamento do exército e de uma educação do físico.

Para a nova forma de organização social, existe uma necessidade de formação desse novo homem que seja mais forte, mais ágil, mais empreendedor. O cuidado com o corpo é uma necessidade, que significa cuidar da nova sociedade, ou seja, “cuidar” da força de trabalho, na qual a atividade física, nesse momento histórico, passou a ser um remédio que cuida da força física do trabalhador a ser explorado pelo sistema capitalista (CASTELLANI FILHO et al., 2009).

Segundo Arantes (2008), só foi possível observar a prática obrigatória de ginástica dez anos depois, contudo, em poucas escolas primárias da Corte. Segundo a autora supracitada, as evidências de aulas de *ginásticas* se multiplicaram em todo o território nacional com o objetivo de uma Educação Física e moral, sendo sua obrigação a limpeza, o exercício e as posições do corpo.

Não obstante, a ginástica passa a ser um castigo e o professor deixa de atender as necessidades e possibilidades de uma aula com vistas a integralidades do aluno com sujeito histórico-social, para desempenhar a função de adestrar e educar o físico.

No campo da legalidade e da política educacional, buscando ampliar as práticas corporais, foram expedidos inúmeros decretos de leis e ofícios para as escolas públicas e primárias, visando o desenvolvimento corporal *físico* dos alunos do sexo masculino, orientados por uma abordagem higienista e militarista, fazendo menção à Grécia Antiga com a justificativa de legitimar a prática da *Educação Física* para as crianças, com o objetivo do desenvolvimento motor desses indivíduos, com evidências aos hábi-

tos higiênicos. Assim, a educação física estava sendo tratada como braço auxiliar dos médicos higienistas, introduzidas nas escolas como aparato e justificado pela necessidade de uma prática de exercícios físicos como promotora de saúde e de bons hábitos.

No sentido de tornar a Educação Física obrigatória nos institutos de educação, possui relevância o Parecer de Rui Barbosa no projeto de lei de número 224, que, ao proferir seu relatório em 12 de setembro de 1882 na Câmara dos Deputados, sintetizou a proposta da Educação Física como sendo necessária a presença da ginástica em escola normal, e equiparando em categoria e autoridade os professores de ginástica aos demais professores das outras disciplinas, incluindo a ginástica nos programas escolares em horários distintos ao recreio e depois das aulas (CASTELLANI FILHO, 2013).

Pretendia com a ginástica a construção de um homem forte que desenvolvesse o vigor físico, a felicidade da alma, o sentimento patriótico e a dignidade da espécie. Para as mulheres, uma prática de atividades que as tornassem mães fortes para gerarem descendentes fortes (CASTELLANI FILHO, 2013).

Essas práticas foram orientadas por princípios da moral e conduta burguesa, pautadas em concorrência e no rendimento dos aspectos biológicos do corpo do ser social. Nesse sentido, a função social que cumpria a Educação Física na escola era a necessidade do cultivo dos valores cívicos e patrióticos que eram importantes para a defesa da pátria. Essa necessidade de defesa pressupunha indivíduos obedientes, adestrados, ordeiros – função moralizadora – e com corpos saudáveis – prevenção dos hábitos perigosos da infância.

Segundo Soares (2012), Oliveira (2022) e Mello (2014), o desenvolvimento da Educação Física está intimamente ligado ao surgimento dos estados nacionais e, conseqüentemente, de seus exércitos. A ginástica, vincula-se aos processos de afirmação do nacionalismo europeu e sua constante preocupação com as guerras (Oliveira, 2025). Com isso, sur-

giram os vários métodos de ginásticas na Europa que posteriormente chegariam ao Brasil e seriam absorvidos pelo exército brasileiro.

Por publicação do Ministério da Guerra no final da década de 1920 e início da década de 1930, tornou-se a Educação Física uma prática obrigatória em todos os estabelecimentos federais, estaduais e municipais, para ambos os sexos, e de forma que fosse generalizado com um método nacional de Educação Física a ser adotado, ou seja, o Método Francês (CASTRO, 1997). “Ressalta-se que o auge da militarização da escola corresponde à execução do projeto de sociedade idealizado pela ditadura do Estado Novo” (CASTELLANI FILHO et al., 2009, p. 53).

Isso significou um controle do exército sobre a educação escolar por meio das aulas de ginástica, conduzindo o desenvolvimento do “corpo da nação” por meio de um adestramento físico, um “corpo dócil e disciplinado para ser uma força de trabalho produtiva de capital” (OLIVEIRA, 2025, p. 387).

Segundo Castellani Filho,

A necessidade do adestramento físico – era esse o termo utilizado pela Carta Magna do Estado Novo – estava associada à formação de um corpo produtivo, portanto forte e saudável, que fosse ao mesmo tempo dócil o bastante para submeter-se à lógica do trabalho fabril sem a questioná-la, portanto obediente e disciplinado nos padrões hierárquicos da instituição militar (1999, p. 96, itálicos do autor).

Esse corpo da nação passava por uma regeneração do povo, tendo a Eugenia como parâmetro. Destinava-se à Educação Física a tarefa de revigorar o povo, através de uma política de educação e da eugenia da raça. (CASTELLANI FILHO, 2013). Além de fortificar o racismo, a Educação Física cumpria um papel de fortalecer a ideia de que o homem era superior à mulher. Os pensadores da Educação Física, pautados pelos pilares de uma ciência positivista e de conhecimentos anatomofisiológicos (Oliveira, 2020) ou os que defendiam a Educação Física como componente obrigatório na matriz curricular – como é o caso de Fernando Azevedo e Rui Barbosa –, pautados por uma lógica positivista e com parâmetros

da Eugenia, chegaram a “brilhante” conclusão: “mulheres fortes e sadias teriam mais condições de gerarem filhos saudáveis, os quais, por sua vez, estariam mais aptos a defenderem e construir a Pátria, no caso dos homens, e de se tornarem mães robustas, no caso das mulheres” (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 43).

Na era Vargas, as aulas de Educação Física tinham como função social criar o espírito nacionalista e as escolas eram garantidas “democraticamente” para todos. De forma que os filhos dos trabalhadores iriam para as escolas técnicas e os filhos da burguesia iriam para as escolas propedêuticas com vistas às poucas universidades existentes. Segundo Castro (1997). sob esse regime de Vargas, o ensino da Educação Física passou a ser obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino do país, com o objetivo de adestramento físico para a juventude desempenhar seu papel na economia e na defesa da nação.

Com o fim da segunda grande guerra, o Método da Educação Física Desportiva Generalizada foi amplamente difundido no Brasil e a escola sofreu grande influência do esporte como conteúdo predominante nas aulas de Educação Física, sendo impossível distinguir o esporte da escola do esporte na escola, ou seja, a Educação Física escolar absorveu todos os sentidos e significados do esporte de rendimento.

O esporte determina, dessa forma, o conteúdo de ensino da Educação Física, estabelecendo também novas relações entre o professor e aluno, que passa, da relação professor-instrutor e aluno-recruta para a de professor-treinador e aluno-atleta (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 54).

A prática “pedagógica” do esporte na escola foi intensificada a partir da ditadura civil militar burguesa, com o fortalecimento da pedagogia que buscava uma racionalização de meios para uma busca incessante de eficiência e eficácia, a saber: a pedagogia tecnicista.

[...] a pedagogia tecnicista muito difundida no Brasil na década de 1970. Os pressupostos dessa pedagogia advêm da concepção de neutralidade científica e reforçam os princípios mencionados no âmbito mais geral do processo de trabalho

escolar, fazendo-o objetivo e racional (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 54).

Os projetos higienistas e militares na Educação Física eram dominantes até a década de 1970, segundo Cunha (2013). Na recomposição do capital no Brasil, ligada ao contexto sociopolítico da ditadura, influenciaram a adoção da Educação Física pautada em um projeto esportivista. Esse projeto era desenvolvido de forma que a tarefa da escola deveria servir de base para o esporte fora da escola, ou seja, o esporte de alto rendimento, tendo como central o desenvolvimento da aptidão física. Para a autora, o desenvolvimento da aptidão física enquanto concepção da Educação Física escolar tem contribuído historicamente para a defesa e manutenção da classe dominante e, portanto, contribuindo com a permanência da estrutura de sociedade regida pelo capital.

Castellani Filho (1999) faz referência a um decreto do governo com data de 1971 que trata a aptidão física como referência fundamental para os estudos da Educação Física na escola. A Educação Física escolar deveria ser centrada em um eixo pragmático da aptidão física, nas palavras do autor:

[...] eixo paradigmático da aptidão física, conforme se depreende pelo parágrafo 1o, inciso III do artigo 3 do Decreto no 69.450/71, qual seja, *“a aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino”* (1999, p. 151, itálicos do autor).

Segundo Castellani Filho (2013), é válida a afirmação de que a história da Educação Física no Brasil se confunde, em muitos de seus momentos, com a dos militares. O autor elenca vários desses momentos.

A criação da Escola Militar pela Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, com nome de Academia Real Militar, dois anos após a chegada da família real ao Brasil; a introdução da ginástica alemã, no ano de 1960, através da nomeação do alferes do Estado Maior de segunda classe, Pedro Guilhermino Meyer, para função de contramestre de ginástica da Escola Militar; a fundação, pela missão militar francesa, no ano de 1907, daquilo que foi embrião da Escola de Educação Física da Força Policial do

Estado de São Paulo – o mais antigo estabelecimento especializado de todo país –; a portaria do Ministério da Guerra, de 10 de janeiro de 1922, criando o Centro Militar de Educação Física, cujo objetivo enunciado em seu artigo primeiro era o de dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física e suas aplicações desportivas – centro esse que só passou a existir, de fato, alguns anos mais tarde, quando do funcionamento do curso provisório de Educação Física somados a muitos outros fatos, como por exemplo a marcante presença dos militares na formação dos primeiros professores civis de Educação Física, em nosso meio (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 26).

A visão dual de homem já se fazia presente nas argumentações de Rui Barbosa, conhecido como “Paladino da Educação Física”. Uma dicotomia entre corpo e mente. Com uma compreensão de homem e de mundo fragmentada e uma compreensão de Educação Física para educar o corpo, João Paulo Subirá Medina, na obra intitulada *A Educação Física cuida do corpo... e “mente”* (2013), aponta a falsa dicotomia entre corpo e mente e critica essa fragmentação. Em Mello (2014) e Oliveira (2020, 2022), além da crítica a falsa dicotomia entre corpo e consciência, os autores evidenciam como a mente é momento tardio da relação, ou seja, como o corpo é o momento predominante da relação que existe como uma unidade indissociável.

Com a ditadura civil-militar burguesa, iniciada em 1964, a Educação Física assume outra finalidade importante, além das que já cabiam a ela. Segundo Húngaro (2013), a finalidade de mentir. Para o autor, essa finalidade era “a de contribuir com um processo de manipulação de consciência, ou seja: de contribuir com a „mentira”” (p. 139).

Assim como as formulações críticas elaboradas por Medina, surgem na Educação Física os questionamentos à sua prática e à sua funcionalidade, impulsionados, principalmente, pelo momento histórico de luta contra o golpe de 1964, com os movimentos sociais organizados e a luta contra a política oriunda desse momento de perseguição, tortura e morte dos seus opositores.

Húngaro (2013) afirma que a Educação Física nesse período passou por um profundo processo de autocrítica para questionar a quem serviam as suas funcionalidades. Para o autor:

Depois de duas décadas – tendo 1964 como referência – de submissão à “ditadura da burguesia fardada”, respiraram-se, na década de 1980, os ares da redemocratização. Esses ares só foram possíveis em virtude, no final da década de 1970, do esgotamento do chamado “milagre brasileiro” e do processo de reorganização do movimento operário (HÚNGARO, 2013, p. 136).

Taffarel (2009) e Escobar (2009) argumentam que, com o início na década de 1980 e o enfrentamento de uma profunda crise do capital que desabrocha na década de 1990, deflagra-se em diversas áreas um movimento pela luta de direitos. Na especificidade da Educação Física, essa luta está intensamente atrelada à finalidade de superação das práticas pedagógicas até então hegemônicas. Segundo as autoras, acentuou-se a revisão dos fundamentos que legitimavam a sua presença na escola.

Barbiere, Porelli e Mello (2008) nos esclarecem, sobre esse momento histórico, que:

Esse papel da Educação Física, de desenvolver a aptidão física, higiene e formação moral dos trabalhadores, seguiu hegemônico no Brasil até por volta da década de 1980, quando ocorre um momento de abertura política. Este foi um período da história da Educação Física brasileira em que, buscou-se, sobretudo, refletir sobre questões referentes à identidade e legitimidade da Educação Física, pautada na perspectiva da aptidão física, como parte do currículo da Educação Básica, ou seja, procurava-se uma justificativa para a presença da Educação Física nas escolas (p. 224).

Ortigara nos adverte que:

Até os anos de 1980, a Educação Física brasileira constitui-se basicamente pela prática de atividades físicas fundadas em métodos ginásticos e desportivo que visavam a manutenção da saúde – entendida somente em seus aspectos biofisiológicos – ou a educação psicomotora, com uma concepção pedagógica de cunho tecnicista (2002, p. 12).

Opondo-se radicalmente às posturas hegemônicas da Educação Física, como essas expressas por Ortigara, e a um consenso possível entre seus formuladores, em 1992 é publicada, com o título de *Metodologia do Ensino de Educação Física*, uma concepção de Educação Física fundamentada na perspectiva marxista, chocando-se, portanto, duas perspectivas de Educação Física, distintas e antagônicas. Nesse sentido, ao considerarmos o panorama de lutas sob a ordem capitalista, podemos caracterizar duas perspectivas de Educação Física escolar.

Segundo Ortigara: “A primeira é a que possui hegemonia nas relações pedagógicas e tem no desenvolvimento da aptidão física o seu objeto de estudo, vinculando-se ao projeto histórico de manutenção da estrutura social capitalista” (2002, p. 18). A segunda é a proposta do Coletivo de Autores, trazendo uma argumentação “de que a Educação Física necessita refletir sobre a cultura corporal, alargar sua concepção de currículo, ampliando as referências das formas da expressão corporal como linguagem sob a lógica materialista e histórica” (ORTIGARA, 2002, p. 18).

Segundo Húngaro (2013, p. 137), “a Educação Física, pela primeira vez, questionava ‘teoricamente’ sua histórica funcionalidade aos interesses das elites dominantes e inaugurava, em movimento de engajamento com a luta pela mudança radical (na raiz) da sociedade capitalista”.

No entanto, mesmo com todo o movimento crítico da Educação Física, principalmente nas décadas de 80 e 90, até a formulação do texto do Coletivo de Autores em 1992, Herold Junior (2003) argumenta que o foco da Educação Física continuava a ser o “adestramento” da força de trabalho para produção exclusiva do lucro. Nas palavras do autor:

Na década de 1980 surgiu um considerável número de estudos buscando os condicionantes históricos e sociais da disciplina para que, após, fosse construída uma metodologia que possibilitasse uma inferência consciente por parte destes profissionais na construção de uma sociedade mais justa e democrática. **Interessante observar que um dos motes mais presentes neste conjunto de idéias era o fato de a disciplina servir, até então, para um “adestramento” da força de trabalho, com o objetivo exclusivo de produção de lucro** (HEROLD JUNIOR, 2003, p. 86, **grifos nossos**).

A crítica marxista, nas palavras de Húngaro (2013, p. 142), “a interlocução com a teoria social de Marx foi fundamental para a construção de um projeto de ‘intenção de ruptura’ da Educação Física”.

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO PRÁTICA SOCIAL NA OBRA METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A proposta do Coletivo de Autores é uma tríade em seu arcabouço teórico-referencial. A base está centrada no trabalho enquanto fundante do ser social e, portanto, nas formulações do *materialismo histórico-dialético*. Diz Castellani Filho (1999) que a proposta “pauta-se no *Materialismo Histórico-Dialético*, enquanto método de análise da realidade” (p. 153).

O segundo ponto é a psicologia soviética. As formulações da Psicologia Histórico-Cultural² são situadas no bojo de uma teoria crítica de educação, terceiro ponto, que possui no seu quadro teórico as formulações da Pedagogia Histórico-Crítica e seu formulador principal, Demerval Saviani³.

Toda a construção teórica do Coletivo perpassa a sua compreensão de outra tríade, a qual o Coletivo de Autores denomina de “atividades produtivas da história da humanidade: linguagem, trabalho e poder”⁴ (CASTELLANI FILHO et al., 2009, p. 40).

2 A psicologia soviética descarta o determinismo biológico das relações sociais e aponta para uma necessária e importante análise para compreender os processos psíquicos à luz do seu caráter histórico. Para tanto, possui no materialismo histórico sua artéria aorta matricial. “O método escolhido para essa nova psicologia foi o materialismo histórico-dialético de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Por isso, surge uma teoria que vai além dos aspectos biológicos, cuja visão materialista histórica contesta o idealismo, o dualismo e o materialismo mecanicista, utilizando-se da dialética em suas concepções” (TULESKI, 2021, p. 181).

3 As ideias defendidas por Saviani foram expostas, primeiramente, em uma concepção de educação presente na obra *Escola e Democracia*, publicada pela primeira vez em 1983, em que o autor expõe a necessidade de uma educação revolucionária, para além da curvatura da vara, que cumpriria o papel de democratizar a educação escolar e retirar os indivíduos da marginalidade. (SAVIANI, 1999).

4 A cerca dessas três tríades presentes no coletivo e como ele as apresenta, fazem-se necessários apontamentos críticos futuros, no intuito de esclarecer os equívocos presentes nessa

O Coletivo de Autores apresenta a Educação Física como sendo uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, sistematiza e tematiza os elementos da chamada cultura corporal. Esses elementos do esporte, da dança, da luta, da ginástica e outros, são produzidos historicamente pela humanidade e necessitam ser transmitidos socialmente (CASTELLANI FILHO et al., 2009).

Na tentativa de se opor às concepções hegemônicas da Educação Física e das práticas que se vinculam a essas narrativas, o Coletivo de Autores, fundamentado no referencial teórico do *Materialista Histórico-Dialético*, contrapõe-se e apresenta uma proposta de como deve ser o ensino da disciplina e dos elementos da cultura corporal na escola, norteados por alguns princípios que se articulam com a realidade concreta dos alunos e, portanto, as múltiplas determinações.

A **relevância social do conteúdo** é o primeiro princípio apresentado pelo coletivo. “Este deverá estar vinculado à explicação da realidade social concreta e oferecer subsídios para a compreensão dos determinantes sócio-históricos do aluno, particularmente a sua condição de classe social” (CASTELLANI FILHO et al., 2009, p. 32).

Posteriormente, é apresentado o segundo princípio, a saber: o da **contemporaneidade do conteúdo**, que “deve garantir aos alunos o conhecimento do que de mais moderno existe no mundo contemporâneo” (CASTELLANI FILHO et al., 2009, p. 32), não eliminando o que é clássico, que, por ser clássico, não perde sua contemporaneidade.

O princípio de **adequação às possibilidades sociocognoscitivas do aluno** se relaciona às possibilidades dos alunos enquanto sujeitos sociais e históricos. Esse terceiro princípio articula o confronto dos saberes populares com o conhecimento científico, ao passo que ambos compõem a realidade histórica e concreta. A aparência e a essência são integrantes do conhecimento e, ambos, produzidos historicamente pela humanidade.

triade e o que esses conceitos significam dentro da obra do Coletivo de Autores, o que não é objetivo dessa pesquisa aprofundar sobre esse tema.

O confronto do saber popular (senso comum) com o conhecimento científico universal [...], fundamental para a reflexão pedagógica. Isso porque instiga o aluno, ao longo de sua escolarização, a ultrapassar o senso comum e construir formas mais elaboradas de pensamento. (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 33).

A **simultaneidade dos conteúdos enquanto dados da realidade** é o quarto princípio. Ajuda a compreender que o conhecimento e sua apropriação não se realizam em degraus, assim, esse princípio confronta o “etapismo” da aprendizagem, explicando sempre os nexos de relações entre os diferentes conteúdos, “explicitando a relação que mantém entre si para desenvolver a compreensão de que são dados da realidade que não podem ser pensados nem explicitados isoladamente” (CASTELLANI FILHO et al., 2009, p. 34), desenvolvidos na relação ensino e apropriação do conhecimento, de forma espiralada.

Princípio da **espiralidade da incorporação das referências do pensamento** é o quinto princípio. “Significa compreender as diferentes formas de organizar as referências do pensamento sobre o conhecimento para ampliá-las” (CASTELLANI FILHO et al., 2009, p. 34).

O sexto princípio é o da **provisoriedade do conhecimento**. Nele, o Coletivo de Autores finaliza o seu entendimento acerca do trato com o conhecimento. Esse princípio trata o conhecimento sempre como aproximativo ao objeto e, portanto, demonstrando a historicidade dada a toda sua proposta, ao passo em que não está, *a priori*, a essência do objeto. Assim, todas as suas problemáticas podem ser superadas com outras aproximações e, por isso, o conhecimento possui um caráter de provisoriedade.

Esses princípios se opõem radicalmente ao emaranhado das outras concepções e abordagens pedagógicas da Educação Física, que, em última instância, ao tratarem a essência como *a priori*, o corpo e os movimentos como “natural”, proclamam o fim da história.

Diferentemente, a dinâmica curricular na perspectiva dialética favorece a formação do sujeito histórico à medida que

lhe permite construir, por aproximações sucessivas, novas e diferentes referências sobre o real no seu pensamento. Permite-lhe, portanto, compreender como o conhecimento foi produzido historicamente pela humanidade e o seu papel na história dessa produção. (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 35).

Essa inflexão na área realizada pelo Coletivo de Autores, posicionando-se contra a hegemônica análise da Educação Física e do seu fim, o desenvolvimento da aptidão física, proporcionou uma reflexão não só no campo científico, mas nos posicionamentos políticos da área, colocando-se na trincheira contrária da concepção de homem e de mundo que contribui para a manutenção do *status quo* e da dicotomia corpo e mente.

As formulações do coletivo implicaram no modo de compreender o homem e o mundo em suas íntimas relações com a Educação Física escolar e sua ligação umbilical com o complexo da Educação, sobretudo evidenciadas com a compreensão de escola e currículo à luz da Pedagogia Histórico-Crítica. A obra *Metodologia do Ensino de Educação Física* é uma formulação teórica e política que se opõe à hegemonia da compreensão da Educação Física a partir da aptidão física como centralidade, assim como se opõe à própria sociedade que cria os sentidos e significados dessa função social da Educação Física, a saber, a sociedade burguesa. Nesse sentido, apresentam-se interesses que se colocam em lados antagônicos e irreconciliáveis com as demais concepções de Educação Física.

Segundo Castellani Filho et al. (2009), em uma das extremidades estão as concepções que defendem a aptidão física como objeto de estudos e consequente manutenção do *status quo* com. Já na outra extremidade estão os que propunham, com base na fundamentação marxista, a cultura corporal como objeto de estudo e comprometidos com o horizonte de uma emancipação humana.

Taffarel, que fez parte da formulação do Coletivo de Autores, em uma entrevista⁵ para a segunda edição do livro do Coletivo de Autores, afirma

5 A entrevista da autora, juntamente com as posições políticas que tomaram os diferentes autores da obra denominada como Coletivo de Autores, podemos afirmar que esse coletivo não existe mais, como diz a própria autora, jamais se reunirá novamente.

a respeito dessas duas extremidades que “definiram-se no debate duas grandes tendências da Educação Física, uma que defendia como objeto da Educação Física a aptidão física e outra que defendia como objeto da Educação Física a cultura corporal” (TAFFAREL APUD CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 158), em forma de um consenso possível entre os professores pertencentes ao coletivo.

O consenso possível, sem dúvidas, é um dos determinantes para os equívocos cometidos e, portanto, para as limitações existentes na obra. Sobre esse processo de consenso, Taffarel nos esclarece alguns pontos, diz a autora:

Vale destacar que éramos um grupo heterogêneo, tínhamos deferentes graus de consciência sobre os acontecimentos, diferentes inserções na luta coletivo, nos movimentos sociais e partidos políticos. [...]. Nossas divergências manifestaram-se posteriormente, porque as lutas se tornam mais acirramento todos os autores que se posicionar e, cada um tomou seu rumo. Isso é claro, visível, medível, comparável. Qualquer um pode observar as posições dos autores. (TAFFAREL APUD CASTELLANI FILHO, 2009, p. 160-1).

E ainda:

O Coletivo de Autores não voltará a se reunir nunca mais. Com o passar dos anos ficaram evidentes as divergências, e nesses dez anos acentuaram-se as diferenças nas posições teóricas, políticas e ideológicas entre o Coletivo. (TAFFAREL APUD CASTELLANI FILHO, 2009, p. 164).

Segundo Húngaro (2013), o projeto histórico no qual as formulações do Coletivo de Autores se vinculam passa por um momento de recuo. O projeto de uma Educação Física alicerçado pela ruptura da lógica do capital não possui espaço como outrora, sobretudo pela desfavorável correlação de força com o colapso do socialismo real (IBID, 2013) e fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O autor argumenta que a crítica da Educação Física na década de 1980 só foi possível porque, desde a Revolução Russa de 1848, a defesa do socialismo era o espectro que rondava a Europa, ou seja, que pressionava até a existência de

políticas pautadas pela social-democracia e conquistas de direitos para os trabalhadores.

A defesa do socialismo foi a pauta fundamental, desde 1848, do movimento operário europeu. A Revolução Russa, em 1917, instalou a primeira experiência socialista no mundo e de lá se iniciou um importante processo de expansão. Uma estratégia para conter esse crescimento foi o atendimento, em alguns países, de inúmeros pontos de pauta das lutas operários que acabaram por constituir as experiências social-democratas. (HÚNGARO, 2013, p. 148).

Húngaro argumenta pela necessidade do capital de voltar a acumular e, sem uma efetiva ameaça do socialismo, frente à crise imanente à sua existência, as políticas sociais entram em derrocada, fazendo com que o projeto defendido pelo Coletivo de Autores da Educação Física fosse adiado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo esse movimento crítico na Educação Física acontece em um cenário em que o modo de produção capitalista, reorganizava sua lógica incontrolável. Reordenava as relações de produção com ajustes em sua estrutura e dinâmica, com vistas sempre a diminuição do tempo necessário e aumento do tempo excedente de produção. Ou seja, um movimento incessante de valorização do valor e aumento da taxa de lucro com a diminuição do trabalho necessário em relação ao trabalho excedente de produção. “Como o capital não pode se valorizar sem processos de trabalho, para os capitalistas, a questão decisiva é procurar adequar da melhor forma possível os processos de trabalho à maximização valorativa dos seus respectivos capitais” (LAZARINI, 2010, p. 347). Destarte, esses reordenamentos é uma necessidade do capital, mesmo como medida paliativa, em última análise, porque o capital necessita continuar seu processo de produção da mais valia e só pode fazê-lo com processo de trabalho.

Concomitantemente, são responsabilizados pelo cuidado do seu próprio corpo. Assim, a Educação Física, deve cuidar individualmente desse corpo degradado pelo processo de trabalho, independentemente da relação social na qual está inserido. Ou seja, o trato que se dá para o cuidado com o corpo é um trato na perspectiva biológica.

A própria gênese moderna da Educação Física está centrada nos preceitos positivistas e biologicistas de uma educação para o corpo se manter forte no processo de produção capitalista. Em outras palavras, a origem social da Educação Física, tal qual conhecemos, possui como base histórica o trabalho sobre a égide do capital. Nesse sentido, a Educação Física moderna e sua íntima relação com o corpo não são mais as antigas práticas de sobrevivência, a antiga educação guerreira ou educação cortesã. São a própria formação do cidadão moderno regido pelas demandas do capital em ascensão.

A Obra Metodologia do Ensino da Educação Física, Coletivo de Autores, a crítica materialista da história, que possui na tríade, linguagem, trabalho e poder o elemento predominante. Para o coletivo de autores, é linguagem porque o corpo passa uma expressão corporal, é trabalho porque desenvolve movimentos sistematizados de forma simbólica e é poder quando expressa uma disputa.

Discutir as limitações do Coletivo de Autores é tarefa urgente e, ao mesmo tempo, complexa. Pois necessita de tempo e páginas que essa pesquisa e seu caráter não permitem, sobretudo porque o Coletivo de Autores representa um avanço incomensurável para a Educação Física. Todos os seus méritos devem ser exaltados e as críticas necessárias devem ser realizadas exatamente por esses méritos.

A crítica superadora precisa ser superada, ao passo em que se discutem suas limitações e contradições. Algo extremamente necessário para que possamos avançar ao horizonte da emancipação humana, mas não será possível nesse estudo. Ficará para escritos futuros. Sem o avanço do socialismo, “o espectro do comunismo” (MARX, 2015) deixa de rondar a Europa, não sendo mais uma ameaça real ao modo de produção capita-

lista. Conseqüentemente, a classe trabalhadora tornou-se refém da lógica do capital de substituição do capital variável pelo capital constante, perda de direitos conquistados historicamente em decorrência da desfavorável correlação de força, existente no auge das formulações críticas da Educação Física.

Um dos grandes méritos do Coletivo de Autores, expressos ainda nos textos de Taffarel, é que, ao se apoiar em Marx e em suas formulações, a finalidade está para além da compreensão da realidade, a saber, a superação da lógica burguesa, tendo como horizonte a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Ana Cristina. A História da Educação Física escolar no Brasil. **Revista Digital Buenos Aires**, Ano 13, n. 124, set. 2008.

BARBIERI, A. F.; PORELI, A. B. G.; MELLO, R. A. Abordagens, concepções e perspectiva de Educação Física quanto à metodologia de ensino nos trabalhos publicados na revista brasileira de ciência do esporte (rbce) em 2009. **Motrivência**, Ano 20, n. 31, p. 223-240, dez. 2008.

CASTELLANI FILHO, Lino et al. **Metodologia do ensino da Educação Física**. (COLETIVO DE AUTORES). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTELLANI FILHO, Lino. **A Educação Física no Sistema Educacional Brasileiro**: percurso, paradoxos e perspectivas. 1999. 185f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

CASTELLANI FILHO. **Educação Física no Brasil**: A história que não se conta. (Coleção Corpo & Motricidade). 19. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2013

CASTRO, Celso. In corpore sano - os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 2, p.61-78, 1997.

CUNHA, Niágra Vieira Soares. **A gênese e as bases teóricas-filosóficas que influenciaram na construção do conceito de cultura corporal pelo coletivo de autores**. 2013. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2013.

ESCOBAR, M. O. Crítica a perspectiva da promoção da saúde e da aptidão física. **Boletim Germinal**, v. 9, n. 6, 2009.

HEROLD JUNIOR, Carlos. A centralidade analítica da categoria trabalho para a Educação Física. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 85-95, 2. sem. 2003.

HÚNGARO, M. A Educação Física e a tentativa de deixar de mentir: o projeto de “intenção de ruptura”. In: MEDINA, J. P. S. **A Educação Física cuida do corpo... e “mente”**: novas contradições e desafios do século XXI. Campinas, SP: Papirus, 2013.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **A relação entre capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani**: Apontamentos críticos. 2010. 528f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MEDINA, João Paulo Subirá. **A Educação Física cuida do corpo... e “mente”**: Novas contradições e desafios do século XXI. 26 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MELLO, Rosângela Aparecida. **A necessidade histórica da Educação Física na escola**: os impasses atuais. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

OLIVEIRA, Rogério Paes de. **Trabalho, corpo e formação humana: um exame sobre o complexo social da educação física em concepções pedagógicas no Brasil**. 2022. 237f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

OLIVEIRA, Rogério Paes de; GOMES, Valdemarin Coelho. A Educação Física como elemento necessário na formação do ser social. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, 25(264), 2-14, 2020.

OLIVEIRA, Rogério Paes de. A ginástica artística como conteúdo necessário nas aulas de educação física escolar: contribuições à luz de uma análise onto-histórica. In: SOUSA-CIRILO, Maria do Socorro. **Ginástica Artística**: história, ensino e aplicabilidade prática. 1 ed. Vila Real/Portugal: Sílabas Didáticas, 2025.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, (coleção primeiros passos), 2004.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **Consenso e conflito**: Educação Física Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005

ORTIGARA, Vidalcir. **Ausência sentida nos estudos em Educação Física**: a determinação ontológica do ser social. 2002. 219f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física**: raízes europeias e Brasil. (Coleção educação contemporânea). 5. ed. rev. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

TAFFAREL, C. N. Z. Crítica às proposições pedagógicas da Educação Física. **Boletim Germinal**, v. 5, n. 6, 2009.

TULESKI, Silvana; GOMES, Marília Daefiol Herrero. As apropriações dos estudos neuropsicológicos de Luria na atualidade. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, Fortaleza, n.13, p. 178-201, mai. 2020.